



O discurso de gestores e professores da Rede Pública de Ensino sobre as Políticas de Reconhecimento do negro no espaço educativo em Teresina-PI

Karoline Vitória Gonçalves Fernandes
Universidade Federal do Piauí / CMPP
E-mail: karolinevit25@hotmail.com
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (Orientador)¹
Universidade Federal do Piauí-UFPI / CMPP
E-mail: nonatorr.33@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde os anos sessenta do século passado os diversos movimentos sociais organizados, vêm lutando e reivindicando direitos que outrora lhes foram negados. Nessa luta por direitos, que tem como base as identidades culturais dos diversos grupos, uma categoria vem sendo constantemente utilizada e sua relevância tem sido incontestável em vários domínios, trata-se, portanto, do reconhecimento. No campo da educação, por exemplo, as lutas por reconhecimento da diversidade cultural presentes no espaço educativo tem sido uma constante, pois as diversas identidades socioculturais, formadoras da sociedade também estão presentes no espaço escolar e necessitam de reconhecimento.

Embora essas lutas ainda se façam presentes no contexto atual, é por meio da Lei 10.639/03 que a cultura e a história Afro-brasileira ganha um maior reconhecimento, tornando-se portanto, obrigatória sua inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino. Tal obrigatoriedade, além de promover o conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira, colabora para que os indivíduos negros e não-negros sejam conscientes e reconheçam a importância do negro no processo de construção da sociedade brasileira, além de fortalecer a identidade cultural desse grupo.

OBJETIVO

Refletir sobre as percepções que gestores e professores de três escolas públicas de ensino médio da cidade de Teresina tem sobre a lei 10.639/03, e como vem aplicando-a no cotidiano do espaço escolar.

MÉTODO

Selecionou-se três escolas em diferentes zonas da cidade, a saber, zona leste, sul e centro, nas quais, realizou-se entrevistas estruturadas e semiestruturadas com os diretores e docentes das disciplinas de História, Filosofia e Ensino Religioso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao refletir sobre as políticas de reconhecimento da diversidade no espaço educativo, parte-se do pressuposto de que é papel da gestão escolar e do corpo docente, fazer com que tais políticas sejam exequíveis, e que contribuam com o processo de formação e/ou afirmação das identidades dos indivíduos ali presentes.

Ao tratar dessa temática com os gestores observou-se que dos três entrevistados, apenas um que será aqui denominado de diretor A, é ciente das políticas de reconhecimento e articula de forma precisa para que o tema da diversidade seja trabalhado dentro e fora das disciplinas. O segundo gestor, diretor B, demonstra um certo conhecimento, porém afirma que precisa ser trabalhado dentro do currículo escolar, mas confessa que o tema é trabalhado de forma precária, ficando apenas a cargo do professor de história. Já o terceiro diretor, diretor C, não demonstra ter qualquer informação sobre as políticas de reconhecimento, chegando inclusive a repetir o jargão apregoado pelo senso comum de que todos devem ser tratados de forma igualitária.

Em relação ao conjunto de professores, observou-se que há também um desconhecimento por parte de alguns, e mesmos aqueles que conhecem as políticas de reconhecimento, não as praticam em seu dia-a-dia. Logo, na disciplina de História enquanto um professor afirma que falta um planejamento por parte da escola para efetivar

essas políticas, e que não há apoio da direção e da coordenação para falar sobre o tema com os alunos; um outro professor da mesma disciplina afirma que se mostra receoso em tocar no assunto que envolva as singularidades do negro. Na disciplina de Ensino Religioso, o professor expõe que nunca abordou temas sobre a diversidade étnico-racial, pois tem medo e não sabe se comportar em relação a temática. Por último, na disciplina de filosofia, a fala da professora se mostra a mais contundente de todas, pois essa demonstra desconhecimento das leis educacionais de reconhecimento, além de sugerir que não há necessidade de tais leis, e se há, estas apenas contribuem para a discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os momentos discursivos do presente trabalho de conclusão, é possível compreender que mesmo após mais de dez anos da lei 10.639/03 e as demais políticas de reconhecimento, ainda se encontra discursos totalmente contrários as mesmas. Tais discursos fortalecem ainda mais as práticas preconceituosas, fazendo com que as identidades dos indivíduos negros sejam invisíveis e não sejam reconhecidos o seu verdadeiro valor. Logo, utilizando a fala de Certeau (1998) de que o espaço só existe quando ele é praticado, quando ele é falado, podemos dessa mesma forma nos referir ao reconhecimento das identidades afro-brasileiras; pois, se não falarmos, se não evidenciarmos ou praticarmos, as pessoas simplesmente não vão saber que existem. Dessa forma, o presente trabalho embora se apresente de forma limitada, contribui para instigar a estudos futuros, a olharem para o fato de que mesmo após todos esses anos com a Lei 10.639/03, ainda existem escolas que não se articularam de forma eficiente para que a lei e as outras políticas fossem trabalhadas. Por outro lado, nos ajuda a refletir sobre como se dar o processo de formação e/ou afirmação da identidade afro-brasileira no espaço educativo. E como as instituições que formam esses profissionais vem trabalhando com essa temática em seu processo de formação.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. As artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CUNHA Jr., Henrique. Diversidade Etnocultural e Africanidades. In: JESUS, Regina de Fátima; ARAUJO, M. S.; CUNHA Jr., Henrique. (Orgs.). Dez anos da lei Nº 10.639/03: memórias e perspectivas. Fortaleza: Ed. UFC, p. 23-46, 2013.
- FUHRMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 79-96, jan./jun. 2013.
- SANTOS, Marzo Vargas dos; MOLINA NETO, Vicente. Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes. Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Vol. 41, n. 143, p. 516-537, maio. / ago. 2011.
- SCHOLZ, D. C. S.; SLVEIRA. M. I. C. M.; SILVEIRA, P. R. As práticas racistas no espaço escolar. Identidade!, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 61-74, jul. – dez. 2014.